

Deputado chega a ganhar até CZ\$ 360 mil

Thaís de Mendonça

Comparados com seus colegas franceses, os parlamentares brasileiros ganham pouco. Enquanto cada um dos 577 deputados na França recebe um salário de 32 mil 360 francos (cerca de CZ\$ 970 mil), no Brasil a remuneração mensal de um dos integrantes da Câmara chega no máximo a CZ\$ 250 mil, quantia que equivale à verba recebida por um dos eleitos ao Palácio Montecitorio, sede do Poder Legislativo italiano.

O que faz a diferença, entretanto, é a relação entre as remunerações dos parlamentares e o salário mínimo vigente no país. Com os descontos de fundo de pensão e seguros de vida, saúde e previdência, bem como as contribuições para o partido, um deputado francês não fica com mais do que 25 mil francos, ou quatro salários mínimos. No Brasil, com a menor remuneração do trabalhador fixada em CZ\$ 1.969,92, o fato de um membro do Legislativo perceber, com descontos irrisórios, algo em torno de 127 salários mínimos marca a desigualdade na distribuição de renda no país.

Acabar com a péssima conotação do jeton — a parte variável do subsídio de deputado, que deveria corresponder ao número de sessões freqüentadas, mas se converteu numa maneira de aumentar o salário — parece ser um consenso na Constituinte. Porém, se a maior parte dos deputados e senadores brasileiros hoje reivindica o pagamento do imposto de renda "como qualquer cidadão", nenhum deles deseja ver seus ganhos diminuídos.

Emprego transitório — "Deputado não é empregado e pode ser despedido pelos eleitores", justifica Amaral Neto (PDS-RJ), alegando que despesas inerentes ao cargo e obrigatórias no exercício da função não são cobertas pelas vantagens indiretas, fora do contracheque: "Temos que receber eleitores em casa, fazer churrasco, cuidar de prefeitos, vereadores, cabos eleitorais. Não podemos ganhar mal", diz o líder, disposto a pagar imposto de renda integral "desde que isto não represente desfalque nos salários".

— Minha política é sempre ajudar a quem bate na minha porta e nunca dizer não. Quando muito um *mais tarde, quem sabe?* — declara o recordista em mandatos (oito) na Câmara dos Deputados, Furtado Leite, 72 anos, do PFL do Ceará. "Dinheiro de deputado macho não dá filhote", continua, afirmando que o salário "está bom, não é para ninguém enriquecer". Autor de uma emenda propondo a extinção de imunidade fiscal em todos os níveis, mesmo para empresas e incluindo os parlamentares, Furtado Leite acha que o jeton deve ser mantido "no jogo da verdade, condicionada à presença em plenário, para ver quem participa".

Quando o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) pensa na disparidade entre o seu contracheque e o de um operário não-qualificado, não se sente bem. "O salário mínimo no Brasil é que é absurdo e injusto",

reflete, lembrando que como parlamentar recebe um valor inferior ao de um executivo, se fosse disputar um lugar como economista no mercado. E o líder de seu partido na Câmara, Brandão Monteiro, entende que os deputados devem ganhar salários "iguais aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal".

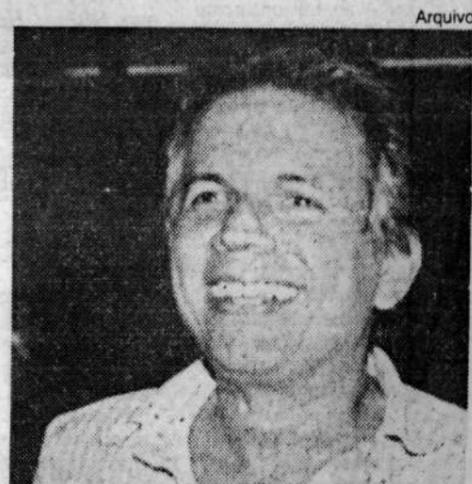
Evitando desgaste — Mesmo subtraindo 30% de todos os seus ganhos para o PT, o deputado Wladimir Palmeira consegue "viver tranquilamente e ainda gastar na política". Ele mantém duas casas (o apartamento funcional em Brasília e a casa no Rio) e um escritório, mas acha que o salário "é mais que o suficiente, mesmo ainda pagando dívidas da campanha eleitoral".

Estrategicamente, a discussão sobre o salário dos parlamentares, vem sendo tratada com a discricção pela Constituinte, para evitar o desgaste público dos políticos. Embora haja várias emendas, sugerindo meios de se calcular o justo valor do trabalho legislativo — como a do deputado José Genoíno (PT-SP), que propõe que o Congresso fixe o salário do presidente da República e este, por sua vez, estipule o dos parlamentares —, o anteprojeto de Bernardo Cabral prevê que os próprios congressistas determinem, ao final de cada legislatura, seus subsídios, além dos de presidente da República, primeiro ministro e ministro de estado. O texto decreta o fim do jeton e institui o imposto de renda integral para deputados e senadores.

EM DINHEIRO	VANTAGENS	
	DEPUTADO DE GOIÁS	DEPUTADO DE RORAIMA
Subsídio fixo 13.127,01		
Subsídio variável 16.354,62		
Transporte 36.774,03		
Gabinete 69.160,40		
Constituinte 50.000,00		
SUBTOTAL 185.416,00		
Moradia 30.000,00		
TOTAL 215.416,06		
Ajuda de custo (agosto) 14.484,49		
TOTAL (I) 229.900,55		
	Avião	34.066,00
	Fone	21.409,90
	Correio	4.800,00
	SUBTOTAL (II) 67.275,90	
	TOTAL (I) 229.900,55	
	TOTAL GERAL 297.176,45	361.398,55



Para Salomão, mínimo é absurdo



Wladimir acha que o salário dá

Salário pequeno é só simbólico

Para transformar um salário simbólico de CZ\$ 13.127,01 (subsídio fixo de deputados e senadores) em remunerações superiores a CZ\$ 350 mil, o Congresso criou ao longo dos anos vários artificios. Ajudas de custo, gratificações, auxílios para transporte e moradia, dotações para a organização dos gabinetes e até um jeton fixo somam-se às vantagens indiretas (correio, telefone, passagens) incorporadas aos vencimentos, depositados duas vezes por mês — nos dias 5 e 24 — nas contas de deputados e senadores.

Ao responder que o salário de um parlamentar no Brasil "está em torno de CZ\$ 180 mil", um deputado apenas considera a base de seus honorários, pois, para chegar a este total, contou o subsídio fixo, o variável, o auxílio-transporte e a verba para encargos de gabinete, destinada a pagar seus assessores, e uma remuneração extra (de CZ\$ 50 mil) pela participação nos trabalhos da Constituinte.

Se, entretanto, incluir nesta operação os CZ\$ 30 mil que pode receber como auxílio-moradia — para custear o hotel, em Brasília —, o total sobe além de CZ\$ 215 mil. Em agosto, a folha ainda veio acrescida da parcela de ajuda de custo correspondente ao trimestre (são quatro por ano): CZ\$ 14.484,49. E é óbvio que não ficou nisto, pois ainda há as sessões extras a que o deputado compareceu, pagas à base de CZ\$ 545,15 cada.

A franquia de correio, o uso do telefone e as passagens de avião para os estados são verbas estipuladas de acordo com a distância e o custo dos serviços. Mesmo que representem ônus do Poder Legislativo para propiciar o trabalho de seus membros, estas vantagens, comuns a todos os países, fazem crescer a dotação dos parlamentares. Assim, enquanto um deputado de Goiás tem direito a gastar até CZ\$ 67 mil com cartas, telefonemas e quatro viagens mensais à sua cidade, seu colega de Roraima pode elevar suas despesas neste setor a CZ\$ 131 mil, os maiores números previstos na tabela de remuneração e cotas de serviços do departamento de finanças da Câmara.

Obrigados a arcar com as próprias despesas num dos três refeitórios do Congresso — uma lanchonete, um bandeirão e um restaurante, que cobra os preços de mercado —, os parlamentares brasileiros perdem ainda num outro ponto para seus colegas franceses: nas caves do Palácio Bourbon há à disposição não menos que seis mil garrafas de vinhos de boa qualidade, e as recepções são preparadas pelo chef Jean Pierre Piovan, que conseguiu suas credenciais de cozinheiro no Maxim's e no Tour d'Argent.

Colaboraram: Deborah Berlinck (Brasília), Fritz Utzeri (Paris) e Araújo Netto (Roma).